

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

Proc. n.º 17/25 do Procedimento para “Aquisição de inertes”

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	2
CLÁUSULA 1ª (OBJETO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS).....	2
CLÁUSULA 2ª (PREÇO BASE)	6
CLÁUSULA 3ª (CONTRATO)	6
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	7
SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7
CLÁUSULA 4ª (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR)	7
CLÁUSULA 5ª (PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO)	7
CLÁUSULA 6ª (CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS)	8
CLÁUSULA 7ª (ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO).....	8
CLÁUSULA 8ª (INSPEÇÃO).....	9
CLÁUSULA 9ª (DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS)	9
SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E, SE APLICÁVEL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM.....	10
CLÁUSULA 10ª (OBJETO DO DEVER DE SIGILO).....	10
CLÁUSULA 11ª (PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)	10
CLÁUSULA 12ª (PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM (A CONSIDERAR SE APLICÁVEL)).....	13
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	13
CLÁUSULA 13ª (PREÇO CONTRATUAL).....	13
CLÁUSULA 14ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)	14
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	14
CLÁUSULA 15ª (PENALIDADES CONTRATUAIS)	14
CLÁUSULA 16ª (FORÇA MAIOR)	15
CLÁUSULA 17ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO).....	16
CLÁUSULA 18ª (FORO COMPETENTE)	16
CLÁUSULA 19ª (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)	17
CAPÍTULO IV - CLÁUSULAS FINAIS	17
CLÁUSULA 20ª (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL).....	17

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1ª (OBJETO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS)

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “AQUISIÇÃO DE INERTES”.

2. Quantidades e características técnicas a satisfazer:

2.1. As quantidades indicadas em cada um dos lotes são meramente indicativas, não vinculando o Município de Oliveira de Azeméis à aquisição da quantidade total mencionada.

O Município de Oliveira de Azeméis reserva-se o direito de, dentro dos artigos constantes de cada lote, solicitar a entrega de um artigo em detrimento de outro, não podendo, no entanto, ser ultrapassado o preço contratual do lote em questão.

Lote	Inertes	Quantidade estimada	
1	Gravilha 10/15	300	ton
	Pó de Pedra	1060	ton
	Rachão	300	ton
	Tout-Venant 0/40 (de 1ª)	5600	ton
2	Areão Godo do Mar	700	ton
	Areia Fina 0/2 para reboco	400	ton
	Saibro	100	ton
	Meia areia	40	ton

2.2. Características dos inertes

Lote 1 | Gravilha 10/15 (admite-se também a granulometria 6/16mm)

GRAVILHA 10/15 RESPEITANDO A EN 13242:2002.

1. Os agregados, provenientes da exploração de formações homogéneas, devem ser lavados, duros, pouco alteráveis sob a ação dos agentes climáticos, com adequada adesividade ao ligante, sem excesso de elementos lamelares ou alongados, de qualidade uniforme e isentos de materiais decompostos, de matéria orgânica ou outras substâncias prejudiciais.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

2. Em tudo o omissso observar-se-á o especificado em Normas, Regulamentos e Especificações aplicáveis.
3. O adjudicatário deverá, sempre que solicitado, apresentar o(s) documento(s) comprovativo(s) de marcação CE, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/07, de 8 de janeiro, e segundo o Regulamento (EU) n.º 305/2011 do Parlamento europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, devendo fornecê-lo(s) no prazo de 3 (três) dias.

Lote 1 | Pó de Pedra

1. Os agregados, provenientes da exploração de formações homogéneas, constituídos por materiais pétreos provenientes de exploração de pedreiras, devem ser limpos, de qualidade uniforme e isentos de torrões provenientes de agregação das partículas, de materiais decompostos, de matéria orgânica ou outras substâncias prejudiciais. A granulometria apresentará as dimensões nominais 0/5 mm, admitindo-se a granulometria 0/4mm.
2. Em tudo o omissso observar-se-á o especificado em Normas, Regulamentos e Especificações aplicáveis.
3. O Município de Oliveira de Azeméis reserva-se o direito de solicitar análise de laboratório.

Lote 1 | Rachão

1. As pedras a empregar como rachão, serão de granito duro, de textura compacta e uniforme, inatacável pela água ou agentes atmosféricos, isentas de fendas, cavidades ou de quaisquer outras matérias estranhas. As suas dimensões devem estar compreendidas entre 0,12 e 0,16m e uma altura de 0,09 a 0,12m.
2. Em tudo o omissso observar-se-á o especificado em Normas, Regulamentos e Especificações aplicáveis.

Lote 1 | Tout-Venant 0/40 (de 1ª)

MATERIAIS PARA CAMADAS GRANULARES EM AGREGADO BRITADO DE GRANULOMETRIA EXTENSA - TOUT-VENANT 0/40 MM DE 1ª RESPEITANDO A EN 13242:2002.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

1. Os agregados, provenientes da exploração de formações homogéneas, devem ser limpos, duros, pouco alteráveis sob a ação dos agentes climáticos, de qualidade uniforme e isentos de materiais decompostos, de matéria orgânica ou outras substâncias prejudiciais e de origem granítica.
2. Em tudo o omissso observar-se-á o especificado em Normas, Regulamentos e Especificações aplicáveis.

Lote 2 | Areão Godo do Mar

1. O godo do mar deverá ser limpo e lavado, isento de substâncias estranhas, sobretudo terra e matérias orgânicas, e de elementos geladiços ou friáveis. Deverá ter resistência mecânica e composição química adequada.
2. Em tudo o omissso observar-se-á o especificado em Normas, Regulamentos e Especificações aplicáveis.
3. O adjudicatário deverá, sempre que solicitado, apresentar o(s) documento(s) comprovativo(s) de marcação CE, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/07, de 8 de janeiro, e segundo o Regulamento (EU) n.º 305/2011 do Parlamento europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, devendo fornecê-lo(s) no prazo de 3 (três) dias.

Lote 2 | Areia Fina 0/2 para reboco

1. A areia deverá:
 - Ser limpa ou lavada e isenta de terras, argila, substâncias orgânicas ou outras impurezas;
 - Ter grão anguloso e áspero ao tato;
 - Ser rija, de preferência siliciosa ou quartzosa;
 - Deverá apresentar a composição granulométrica apropriada.
2. Em tudo o omissso observar-se-á o especificado em Normas, Regulamentos e Especificações aplicáveis.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

3. O adjudicatário deverá, sempre que solicitado, apresentar o(s) documento(s) comprovativo(s) de marcação CE, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/07, de 8 de janeiro, e segundo o Regulamento (EU) n.º 305/2011 do Parlamento europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, devendo fornecê-lo(s) no prazo de 3 (três) dias.

Lote 2 | Saibro

1- O saibro deverá ser da melhor qualidade, isento de terras ou de matérias estranhas e, apresentar o poder ligante e a composição mais adequada à natureza da pedra.

2- Em tudo o omissso observar-se-á o especificado em Normas, Regulamentos e Especificações aplicáveis.

3. O adjudicatário deverá, sempre que solicitado, apresentar o(s) documento(s) comprovativo(s) de marcação CE, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/07, de 8 de janeiro, e segundo o Regulamento (EU) n.º 305/2011 do Parlamento europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, devendo fornecê-lo(s) no prazo de 3 (três) dias.

Lote 2 | Meia areia

1- A areia deverá:

- Ser limpa ou lavada e isenta de terras, argila, substâncias orgânicas ou outras impurezas;
- Ter grão anguloso e áspero ao tacto;
- Ser rija, de preferência silicosa ou quartzosa;
- Deverá apresentar a composição granulométrica apropriada.

Considera-se areia grão grosso a que, passando por um crivo com orifícios de 5mm é retida em crivos com orifícios de 2mm; areia de grão médio, a que passando por um crivo de 2mm é retida em crivos com orifícios de 0.5mm e areia de grão fino, a que passando por um crivo com orifícios de 0,5mm é retida em crivos com orifícios de 0.06mm.

2- Em tudo o omissso observar-se-á o especificado em Normas, Regulamentos e Especificações aplicáveis.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

CLÁUSULA 2ª (PREÇO BASE)

Para efeitos do artigo 47º, n.º 1, 3 e 4, do CCP, o preço base foi fixado, tendo em consideração o valor obtido na consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A, do CCP, e ainda as especificidades técnicas indicadas na cláusula 1.ª deste Caderno de Encargos, no montante de:

- a) 65.368,00€** (sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito euros), para o lote 1 (*gravilha 10/15; pó de pedra; rachão e tout venant 0/40 - de 1ª*)
- b) 24.010,00€** (vinte quatro mil e dez euros), para o lote 2 (*areão godo do mar, areia fina 0/2 para reboco; saibro e meia areia*).

Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor.

CLÁUSULA 3ª (CONTRATO)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a)** Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c)** O presente Caderno de Encargos;
 - d)** A proposta adjudicada;
 - e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

Nota: Para adjudicações que se encontrem nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 95º, do C.C.P. não será exigível a celebração do contrato.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

SUBSECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 4ª (OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações:

a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na cláusula 1ª.

b) a título acessório, designadamente, a recorrer a todos os meios que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 5ª (PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO)

1. O período de vigência do presente fornecimento inicia-se *após publicação do contrato no portal da Internet dedicado aos contratos públicos* e termina uma vez atingido os valores limites da aquisição – lote 1: 65.368,00€ + IVA; lote 2: 24.010,00€ + IVA – (*fornecimento contínuo, em função das necessidades do serviço*), estimando-se que tal ocorra até 31/12/2025.

A estimativa de execução indicada poderá ter prazo superior, no entanto, o mesmo não poderá, em caso algum, ultrapassar o limite dos 3 anos para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 48º, do CCP, nem o valor referido.

2. O presente fornecimento resulta ainda do cumprimento de todas as obrigações por parte do adjudicatário resultantes da sua proposta, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o valor previsto no contrato, este extingue-se sem que assista ao fornecedor o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

CLÁUSULA 6ª (CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS)

1. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na cláusula 1ª.
2. Os bens objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade do bem.
4. O fornecedor é responsável perante Município de Oliveira de Azeméis por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

CLÁUSULA 7ª (ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO)

1. Os bens objeto de contratação deverão ser entregues no Armazém/Estaleiro do Município de Oliveira de Azeméis, sito na Zona Industrial na Rua Joaquim da Silva Landeau, Oliveira de Azeméis, ou local a designar no Concelho, nas quantidades indicadas no Pedido de Fornecimento (PFO) e num prazo não superior a **3 (três) dias úteis**.
2. A referida entrega é efetuada de forma parcial (*em função das necessidades dos serviços utilizadores*), sendo efetuado mediante documento (*Pedido de Fornecimento*) emitido pelo Município de Oliveira de Azeméis dirigida ao fornecedor.
3. O adjudicatário deve especificar se exige a entrega em quantidade mínimas e nesse caso quais as quantidades mínimas. Deve ter ainda em consideração na elaboração da sua proposta que o Município de Oliveira de Azeméis não aceitará quantidades superiores às adjudicadas por

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

imperativos de cargas mínimas, admitindo-se, por esse motivo, a possibilidade da conclusão do procedimento sem a entrega das quantidades finais.

4. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega do bem objeto do contrato, todos os documentos (redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa), que sejam necessários.
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega, são da responsabilidade do fornecedor.

CLÁUSULA 8ª (INSPEÇÃO)

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, reserva-se o direito de proceder, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula 1ª deste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção quantitativa e qualitativa a que se refere o número anterior é efetuada através de pesagens periódicas e análise do produto entregue por amostragem, junto de entidade certificada para o efeito.
3. Durante a fase realização das inspeções, o fornecedor deve prestar ao Município de Oliveira de Azeméis toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Caso se venha a verificar algum diferencial sobre as quantidades debitadas, o Município exigirá a regularização do respetivo diferencial através da emissão de nota de crédito, em todas as entregas efetuadas nos 30 dias anteriores.

CLAUSULA 9ª (DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS)

1. No caso de não estar comprovada a total conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

definidos na cláusula 1ª, o Município de Oliveira de Azeméis deve disso informar, por escrito, o fornecedor.

2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Oliveira de Azeméis, às reparações ou substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

SUBSECÇÃO II - DEVER DE SIGILO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E, SE APLICÁVEL, PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM

CLÁUSULA 10ª (OBJETO DO DEVER DE SIGILO)

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Oliveira de Azeméis, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 11ª (PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

1. As partes contratantes estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), adiante designado RGPD, sendo Município de Oliveira de Azeméis responsável pelo tratamento de dados e a entidade adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.ºs 7 e 8 do artigo 4º, do n.º 1 do artigo 24º e do n.º 1 do artigo 28º do referido regulamento; das respetivas normas nacionais de execução e, se aplicável, de outras leis relevantes em matéria de proteção de dados.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

2. Nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 6º do RGPD, e para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita:

a) O Município de Oliveira de Azeméis poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores e transmiti-los a terceiros, como seja o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

b) A entidade adjudicatária é responsável por garantir os cumprimentos das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos quando aplicável.

3. Os dados não devem ser copiados, reproduzidos, mantidos em qualquer banco de dados, armazenados em qualquer sistema de recuperação ou transmitidos sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrónico, mecânico, fotocopiado, gravação ou outro, ou cedidos a terceiros sem o consentimento prévio por escrito do Município de Oliveira de Azeméis.

4. A entidade adjudicatária assume e declara que:

a) No tratamento dos dados pessoais obedecerá às instruções documentadas do responsável pelo tratamento, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, exceto se for obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito, antes de proceder a essa transferência, salvo se tal informação for proibida por motivos de interesse público;

b) Garante que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

c) Adota todas as medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra qualquer processamento, dano ou destruição ilícita, designadamente:

- i. a pseudonimização e a cifragem de dados pessoais;
- ii. a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

- iii. capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada em caso de incidente físico ou técnico;
 - iv. dispõe de processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
 - v. apenas contratará outro subcontratante se o Município de Oliveira de Azeméis o autorizar ou, em caso de autorização prévia, comunicará ao responsável pelo tratamento a contratação de um subcontratante que deverá respeitar todas as obrigações de tratamento nos termos do n.º 2 do artigo 28º do RGPD;
 - vi. prestará assistência ao responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
 - vii. prestará assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de segurança no tratamento, notificação à autoridade de controlo e aos titulares em caso de violação de dados pessoais, avaliação de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia, tal como previstas nos artigos 32º a 36º do RGPD, tendo em conta a natureza de tratamento e a informação ao dispor do subcontratante;
 - viii. dependendo da opção do responsável pelo tratamento, apagará ou devolverá todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
 - ix. disponibilizará ao responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações que impendem sobre o subcontratante e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor para este mandatado;
 - x. compromete-se a informar imediatamente o responsável pelo tratamento se considerar que alguma instrução viola o RGPD ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados, nomeadamente a Lei 58/2019, de 08 de agosto.
5. O cumprimento de um código de conduta ou de um procedimento de certificação poderá ser utilizado como elemento para demonstrar o cumprimento de todas estas obrigações.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

6. O incumprimento destes deveres e a verificação de inexistência de garantias de conformidade é fundamento de resolução do contrato com justa causa, podendo implicar o dever de indemnização ao município por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

CLÁUSULA 12ª (PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO DE IMAGEM (A CONSIDERAR SE APLICÁVEL))

1. A entidade adjudicatária, no que respeita à criação original e produção dos bens e/ou serviços a adquirir no âmbito do presente caderno de encargos já identificados assegura o cumprimento das normas de direito europeu e de direito português, relativas à proteção do direito de autor e dos direitos conexos, respeitando os direitos morais e patrimoniais dos titulares, designadamente no que respeita à obtenção de todas as autorizações necessárias e definição das condições contratuais.
2. Quanto ao direito de imagem, a entidade adjudicatária assegura o cumprimento, designadamente do disposto no artigo 79º do Código Civil e dos artigos 164º a 167º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), sem prejuízo da demais legislação aplicável, designadamente no que respeita à obtenção de todas as autorizações expressas necessárias e definição das condições contratuais.
3. Constituem propriedade originária da entidade adjudicante, todos os direitos de propriedade intelectual relativos aos bens e/ou serviços objeto do presente caderno de encargos e identificados na cláusula 1ª, incluindo o direito exclusivo de todas as formas de exploração, sem qualquer restrição, durante o prazo de proteção definido na lei.

SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

CLÁUSULA 13ª (PREÇO CONTRATUAL)

1. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Oliveira de Azeméis deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

CLÁUSULA 14ª (CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo Município de Oliveira de Azeméis, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) num prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Oliveira de Azeméis das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, salvo se estabelecida condição de pagamento distinta desta no contrato, não podendo em qualquer caso esta exceder os 60 (sessenta) dias.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega e verificação da conformidade dos bens, devendo o concorrente fazer menção expressa do prazo de pagamento que pretende ver executado no decurso da execução do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Oliveira de Azeméis, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As condições de pagamento deverão ser apresentadas e estabelecidas pelo próprio concorrente na sua proposta, de forma expressa e inequívoca.

Não são aceitáveis condições de pagamento do tipo “a combinar” ou similares.

5. Nas condições de pagamento a apresentar pelo concorrente não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer, nos termos do artigo 292º, do CCP.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 15ª (PENALIDADES CONTRATUAIS)

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Oliveira de Azeméis pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens objeto do contrato, até 10% do valor total dos bens em falta x n.º dias atraso;

NOTA: Nos casos em que se obtenha, a título de penalidade, um valor superior aos limites

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

definidos no artigo 329.º, do C.C.P., será este último o valor máximo aplicável.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Oliveira de Azeméis pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor global do contrato.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a), do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Oliveira de Azeméis tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Oliveira de Azeméis pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Oliveira de Azeméis exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 16ª (FORÇA MAIOR)

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLAUSULA 17ª (RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO)

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Oliveira de Azeméis pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

CLÁUSULA 18ª (FORO COMPETENTE)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

CADERNO DE ENCARGOS- Concurso Público

CLÁUSULA 19ª (SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL)

1. A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos previstos no CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para resolução do contrato, aquele cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

CAPÍTULO IV - CLÁUSULAS FINAIS

CLAUSULA 20ª (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

Em tudo omissos neste Caderno de Encargos, observar-se-á o estatuído no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação aplicável.